



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LAERCIO DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DA FUMICULTURA NO
MUNICÍPIO DE CABACEIRAS DO PARAGUAÇU NO PERÍODO DE 2000 - 2005**

SALVADOR

2007

LAERCIO DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DA FUMICULTURA NO
MUNICÍPIO DE CABACEIRAS DO PARAGUAÇU NO PERÍODO DE 2000 - 2005**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Jackson Ornelas Mendonça

SALVADOR

2007

LAERCIO DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DA FUMICULTURA NO
MUNICÍPIO DE CABACEIRAS DO PARAGUAÇU NO PERÍODO DE 2000 - 2005

Aprovada em julho de 2007

Orientador: _____

Jackson Ornelas Mendonça
Prof. da Faculdade de Economia da UFBA

Arismar Cerqueira Sodré
Prof. da Faculdade de Economia da UFBA

Paulo Raimundo de A. Brito
Prof. da Faculdade de Economia da UFBA

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Nascimento, Laércio Conceição

N244 Avaliação da política de revitalização da fumicultura no município de Cabeceiras do Paraguaçu no período de 2000 a 2005/ Laércio Conceição Nascimento. __ Salvador, 2007.

42 f.: il.; tab.; graf.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas)
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas ,
2007.

Orientador: Prof^o. Jackson Ornelas Mendonça.

1.Fumo 2. Agricultura familiar I. Mendonça, Jackson Ornelas
II.Título

CDD – 382.4133

Dedico este trabalho a minha mulher pela paciência nas horas a fio em que fiquei na frente do computador. Quero agradecê-la principalmente pelo compartilhamento do entusiasmo, pela motivação e pelo constante apoio que sempre me dá em todos os meus projetos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo avaliar os benefícios do Programa de Revitalização da economia fumageira na renda dos agricultores no município de Cabaceiras do Paraguaçu. No primeiro momento foi elaborada uma pesquisa bibliográfica relacionada à cultura do fumo, relatando os principais produtores no mundo, no Brasil, mostrando sua produção e exportação frente a outros países produtores, e na Bahia, evidenciando a sua importância na economia baiana e sua queda no ranking nacional bem como a tentativa de revigorá-la. No segundo momento foi realizada uma pesquisa com sindicalistas, empresários, técnicos e estudiosos do setor e um estudo de caso através de pesquisa de campo com todos os produtores participantes do Programa de Revitalização. A pesquisa mostra que houve um aumento da produção de fumo, através de uma maior oferta de crédito aos fumicultores. Foi observado que antes do Programa de Revitalização a receita do fumo representava um pouco mais que 6% do PIB do município e após o Programa a receita representava 22% do PIB municipal, demonstrando assim que o Programa de Revitalização de fumo no município gerou um incremento na produção e conseqüentemente aumento da renda das famílias.

Palavras-chave: fumicultura. revitalização. renda. Cabaceiras do Paraguaçu-Bahia.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--------------------------------------|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 6 |
| 2 | METODOLOGIA | 9 |
| 3 | A CULTURA DO FUMO | 10 |
| 3.1 | NO MUNDO | 10 |
| 3.2 | NO BRASIL | 12 |
| 3.3 | NA BAHIA / RECÔNCAVO | 17 |
| 3.4 | CARACTERÍSTICAS | 28 |
| 4 | RESULTADOS DA PESQUISA DIRETA | 31 |
| 5 | CONCLUSÃO | 36 |
| | REFERÊNCIAS | 39 |

1 INTRODUÇÃO

A Bahia possui mais de 70% dos produtores de fumo em folha composta por agricultores familiares¹, segundo dados da Seagri (BAHIA, 2002), e com a redução da participação do Estado da Bahia na produção de fumo no Brasil, o governo estadual lançou em 1999 O Programa de Revitalização da Cultura do Fumo (BAHIA, 1999a), promovido pela SEAGRI com recursos do BNB, que previa anualmente R\$: 2 milhões em crédito rural para os fumicultores e enquadra a atividade do fumo no Programa de Investimento para a Modernização da Agricultura-AGRINVEST e o Programa de Promoção Comercial de Charutos Baianos, promovido pelo PROMO, financiado pelo BNB, que assegurava recursos da ordem de R\$: 1,3 milhão para projetar internacionalmente a qualidade do charuto baiano. O Brasil teve papel de destaque na elaboração da Convenção-Quadro sendo o 2º país a assinar o seu texto, no 1º dia disponível (16 de junho de 2003) para assinaturas pelos Estados Membros, desta forma, mantendo a coerência política, o PRONAF deixou de financiar a fumicultura.

O Programa tinha como objetivos:

- revitalizar a lavoura baiana de fumo, fornecendo os meios para a elevação do nível tecnológico, de modo a possibilitar ganhos em produtividade, redução de custos de produção e melhoria da qualidade do produto ofertado nos mercados consumidores, tornando, por conseguinte, o agronegócio mais competitivo no contexto internacional;

- integrar os segmentos componentes da cadeia produtiva de fumo em folha da Bahia e esferas do governo Federal e Estadual, visando alavancar as potencialidades, aproveitar oportunidades, superar pontos de estrangulamento e proteger-se de ameaças, que impedem maior competitividade do agronegócio;

¹ A agricultura familiar segundo o PRONAF é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho, são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado, sejam eles proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros ou meeiros, que utilizem mão-de-obra familiar, e tenham até 2 empregados permanentes. Além disso, não devem deter, a qualquer título, áreas superiores a 4 módulos fiscais, e no mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar anual deve ser proveniente da atividade agropecuária e não-agropecuária exercida no estabelecimento. O agricultor familiar deve residir na propriedade ou em povoado próximo.

- proporcionar apoio técnico através da profissionalização de agricultores e o aperfeiçoamento da mão-de-obra rural e industrial com o objetivo de elevar a qualidade e produtividade do fumo em folha e dos charutos produzidos;

- proporcionar apoio financeiro aos produtores, cooperativas e associações de forma oportuna, desburocratizada e suficiente através de linhas especiais.

As regiões previstas de serem beneficiadas eram:

- Região Econômica do Recôncavo Sul (Mata Fina): Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Jequiçá, Maragogipe, Muritiba, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçu e Ubaira;

- Região Econômica do Paraguaçu (Mata Norte): Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Serra Preta e Teodoro Sampaio;

- Região Econômica Litoral Norte (Mata Norte): Alagoinhas, Ouriçangas e Pedrão.

Já o Programa de Promoção Comercial de Charutos Baianos, promovido pelo PROMO visava aliar e fixar a imagem do charuto do Brasil à qualidade, aumentar a participação do charuto baiano no mercado americano, incrementar as exportações de fumo para os EUA, definir e consolidar a marca Bahia de origem e qualidade, utilizar plenamente a capacidade produtiva existente no estado e gerar empregos, tanto na área rural como na de produção industrial. Participam do programa quatro empresas baianas: Dannemann, Menendez & Amerino, Le Cigar e Chaba, localizadas, respectivamente, nos municípios de São Félix, São Gonçalo dos Campos, Cruz das Almas e Alagoinhas.

O objetivo do presente estudo é fazer uma análise descritiva dos benefícios do Programa de Revitalização, com o propósito de identificar seu impacto na renda dos fumicultores no município de Cabaceiras do Paraguaçu.

O Programa de Revitalização do Fumo ocorreu no município de Cabaceiras do Paraguaçu nos anos de 2001 e 2002, por intermediação da empresa Menendez & Amerino junto ao BNB através do PRONAF, pois quando do lançamento do Programa, a Menendez foi a única empresa do setor a se interessar em financiar os fumicultores com os quais mantinha parceria, uma vez que as outras empresas eram multinacionais e preferiram obter empréstimos em seus países de origem. Do total de 300(trezentos) pedidos de financiamento, foram financiados 61 projetos no ano de 2001, e 92 no ano de 2002, sendo que dos 92 produtores de 2002, 61 já tinham tomado financiamento em 2001.

O município de Cabaceiras do Paraguaçu, estado da Bahia está localizado na zona fisiográfica do Recôncavo baiano, sendo a sua superfície de 213,55 km². A altitude local é de 210 m, acima do nível do mar. De acordo com a classificação climática de Koppen, o clima é subúmido a seco, com estação seca, compensada pelos totais elevados de precipitação pluviométrica anual entre 800 a 1400 mm. A umidade relativa média do ar é de 82%, a temperatura média anual de 24,2°C e a insolação média anual é de 6,6 horas/dia. Os tipos de vegetação local permitem dois ambientes: caatinga e zona da mata, o solo de maior representatividade no município é o amarelo álico de textura franco-argilo-arenosa, fase floresta estacional decidual e baixo teor de matéria orgânica, fracamente ácido e com boa capacidade de retenção de água, relevo pediplano sertanejo, representativo do Recôncavo Baiano e de grandes extensões na faixa pré-litorânea do Nordeste Brasileiro. No que se refere à hidrografia, os principais rios do município são: Córrego do Mocambo, Capivari e Paraguaçu.

Segundo dados do IBGE (2007b), o município possui uma taxa de crescimento demográfico de 0,8%, uma população estimada de 16.302 habitantes em 2006, sendo que 78,7% da população residem na zona rural, ou seja, 12.836 habitantes e 21,3% na zona urbana. A economia do município é basicamente agrícola, sendo destaque a plantação de fumo, feijão, laranja e mandioca. Possui 25 escolas de ensino fundamental, 19 escolas de educação infantil e 2 de ensino médio.

2 METODOLOGIA

A primeira parte deste trabalho é constituída de pesquisa bibliográfica obtidas de fontes secundárias através da AFUBRA, SINDIFUMO-BA, ABIFUMO, FETAG-BA, Sindicato dos Trabalhadores de Fumo da Bahia, empresa Menendez & Amerino, IBGE, publicações acadêmicas e artigos de periódicos. Para obtenção destes dados utilizou-se também a *Internet*.

A segunda parte compreende dados primários obtidos na pesquisa de campo, realizada com os fumicultores do município de Cabaceiras do Paraguaçu. A inexistência de um marco anterior fez com que o autor optasse por um corte transversal (*cross-section*) e a partir daí avaliasse, através de entrevistas com os agricultores, os impactos positivos decorrentes do Programa que durou de 2001 a 2002. Devido ao número de produtores, foi decidido colher informações de todos eles, pois no cálculo de planejamento amostral se obteve um número bem próximo ao total. A coleta de dados primários foi realizada durante os meses de abril e maio de 2007 com todos os 92 produtores participantes do Programa, além de empresários, sindicalistas e estudiosos do setor.

A escolha do município de Cabaceiras do Paraguaçu para a realização da pesquisa deveu-se a este ser o principal beneficiado pelo Programa de Revitalização do Fumo. Além de sua grande importância na economia fumageira do Recôncavo, uma vez que ele figura entre os maiores produtores de fumo da região.

3 A CULTURA DO FUMO

3.1 NO MUNDO

Se o fumo constitui, hoje, um dos fatores mais importantes da economia de vários países do mundo, a sua origem permanece obscura à luz da pesquisa e da história. Segundo pesquisa de Nardi (1985), publicada na ABIFUMO, existem, pelo menos, duas correntes pretendendo elucidar o surgimento e a difusão da fumicultura pelo mundo. Para uns, o fumo seria originário das Américas; para outros, o tabaco designaria certas plantas já fumadas na Ásia, desde o séc. IX, provavelmente em cachimbos.

O certo é que Cristóvão Colombo testemunhou, em 1492, o hábito de fumar as folhas de tabaco, evidenciando que a história do fumo, na América, começa bem antes da chegada dos europeus. A hipótese mais provável é a de que a planta teria surgido nos vales orientais dos Andes bolivianos, difundindo-se pelo território brasileiro através das migrações indígenas, sobretudo do Tupi-Guarani.

Para os índios brasileiros, o fumo possuía caráter sagrado e seu uso era, geralmente, limitado a ritos mágico-religiosos e fins medicinais. Afirmavam que a planta curava feridas, enxaquecas e dores de estômago. Consta que, das formas de consumo do fumo, os índios adotavam pelo menos seis usos diferentes: poderia ser comido, bebido, mascado, chupado, transformado em pó e fumado. Porém, dentre todas essas formas, o hábito de fumar era, seguramente, o mais relevante.

No início de novembro de 1492, relata Nardi (1985), que os companheiros de Cristóvão Colombo viram, pela primeira vez, os índios fumarem. Começara, desde então, a história de uma fantástica expansão. Em apenas um século, o fumo passou a ser conhecido e usado no mundo inteiro, expandindo-se de duas maneiras: a primeira, através dos marinheiros e soldados, para quem o fumo era um bom passatempo, durante os longos meses de viagem; a

segunda, por meio das expedições de portugueses ao Brasil, que levaram a planta para Portugal e França, difundindo-a, posteriormente, em outros países europeus.

A produção mundial de fumo vem registrando gradativa redução após a safra de 97/98 quando alcançou 7,7 milhões de toneladas. Saliente-se que a China, produziu naquele ano 3,6 milhões de toneladas e durante os anos seguintes vem contribuindo fortemente na redução, pois a sua média não passa dos 2 milhões de toneladas. Os Estados Unidos também estão produzindo menos a principal causa é a elevação dos custos de produção, fruto da grande dificuldade em contratar a mão-de-obra para esta atividade e o incentivo governamental à paralisação do plantio, chegando a US\$ 10.000 por produtor. O Brasil ocupa a posição de segundo maior produtor mundial de fumo com 13,5% da produção mundial em 2005, conforme se depreende da visualização da tabela 1:

Tabela 1 – Produção(t) de fumo dos principais países produtores

| PAÍSES | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | PART % |
|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| CHINA | 2.563.854 | 2.358.842 | 2.454.105 | 2.262.658 | 2.409.500 | 2.685.500 | 41,0 |
| BRASIL | 579.727 | 568.505 | 670.309 | 656.200 | 921.281 | 889.426 | 13,5 |
| ÍNDIA | 520.000 | 340.000 | 550.000 | 490.000 | 598.000 | 600.000 | 9,1 |
| E.U.A | 447.632 | 449.760 | 398.520 | 364.080 | 398.810 | 312.800 | 4,7 |
| ZIMBABWE | 227.726 | 195.905 | 178.408 | 102.683 | 80.000 | 84.540 | 1,3 |
| INDONÉSIA | 135.778 | 134.379 | 143.173 | 155.000 | 141.000 | 141.000 | 2,1 |
| OUTROS | 2.189.965 | 2.018.416 | 2.002.645 | 1.963.819 | 1.949.058 | 1.858.050 | 28,3 |
| TOTAL | | | | | | | |
| MUNDIAL | 6.664.682 | 6.065.807 | 6.397.160 | 5.994.440 | 6.497.649 | 6.571.316 | 100,0 |

Fonte: IBGE, 2006a; ONU (FAO), 2007.

No tocante ao consumo e os estoques finais, estas duas variáveis têm-se mantido de certa forma estáveis na faixa dos seis milhões de toneladas/ano. Entretanto, esse equilíbrio entre a produção, o consumo e o estoque final poderá se alterar nos próximos anos por conta da forte pressão mundial antitabagismo, principalmente através da Convenção-Quadro².

² **CONVENÇÃO-QUADRO** - Com o crescente movimento antitabagista na grande maioria dos países, a Organização Mundial da Saúde-OMS, preocupada com o alarmante número de vítimas provenientes do uso de cigarros criou, no ano de 1999, em Genebra na Suíça, a Convenção-Quadro para o controle do tabaco. Segundo a OMS, a Convenção-Quadro é um instrumento legal, sob a forma de um tratado internacional, no qual os Estados signatários concordam em promover ações no sentido de reduzir o consumo de fumo, em especial pelos adolescentes e nas crianças.

O Brasil também fez parte dos 192 países participantes da Convenção em Genebra. Entretanto, para que este instrumento entre em vigor será necessária a ratificação do mesmo pela maioria dos seus signatários. Por outro lado, várias entidades estão em busca de formas de diversificação de culturas a serem exploradas nas pequenas propriedades que possuem na fumicultura a sua principal fonte de renda.

3.2 NO BRASIL

Nardi (1985) relata que inicialmente, no Brasil, os colonos adquiriam o fumo dos índios, através de um sistema de trocas. Mas, uma seqüência de guerras fez com que, a partir de 1570, aproximadamente, eles mesmos comessem a cultivá-lo. Primeiro, o objetivo era o consumo próprio; depois, o comércio, instigados pelos comerciantes portugueses, com o intuito de abastecer o mercado europeu. As lavouras ocupavam pequenas áreas e se localizavam, de preferência, na costa, entre Salvador e Recife e, sobretudo, no recôncavo baiano.

O destino do fumo brasileiro tomou três direções: o de primeira e segunda qualidade era mandado para Lisboa, sendo sua maior parte reexportada para outros países da Europa. Uma outra parte servia de moeda, no período colonial, para o comércio de escravos com a África. E a terceira destinava-se ao consumo interno. Nenhum outro produto colonial se propagou, no continente europeu, com tanta rapidez e angariou tantos apreciadores como o tabaco.

No entanto, a produção anual de fumo, durante o período colonial, segundo relata a pesquisa de Nardi, apresentava numerosas variações, especialmente por causa das pragas que atingiam a planta e das chuvas e secas prolongadas que reduziavam as safras. O fumo brasileiro beneficiou-se, porém, de conjunturas que favoreceram o seu desenvolvimento. Em 1680, já atingia a 3.750t, e continuou crescendo com a política de fomento à agricultura introduzida pelo Marquês de Pombal, conseguindo permissão para exportar 200 t, através de Portugal.

Esse ritmo de franco desenvolvimento fez com que a produção de fumo viesse a se acelerar, abrindo novas fronteiras, além da Bahia. Começaram, assim, a aparecer áreas fumageiras em Minas Gerais, Goiás, São Paulo e, de forma mais acentuada, no Rio Grande do Sul, com a chegada de imigrantes europeus, especialmente de origem germânica. Em 1824, o fumo começou a ser cultivado na colônia de São Leopoldo e, em 1850, na Colônia de Santa Cruz.

Foi exatamente no Estado do Rio Grande do Sul (e, mais tarde, em Santa Catarina) onde se deu o início ao cultivo dos fumos claros, a partir da importação de vários tipos de sementes, inclusive a variedade Chinês, de que se originou o tipo Amarelinho. Em 1920, foi introduzido o fumo Virgínia, que viria, aos poucos, a conquistar a importância que hoje representa.

No princípio, um dos graves problemas enfrentados pela fumicultura, em todo o país, foi a difícil comercialização. Enormes eram as distâncias, não havendo nem estradas nem meios de transporte adequados. A partir do séc. XIX, o quadro começou a dar sinais de alento, com a criação de circuitos comerciais. Permanecia, entretanto, um crucial problema: a moeda. Em regiões distantes dos grandes centros comerciais e de consumo, havia a escassez desse produto básico, em consequência, o comércio era, em sua grande parte, feito à base de trocas.

No limiar do séc. XX, começou o fenômeno da concentração, que fez a produção cair, na maioria dos Estados, e aumentar, consideravelmente, na Bahia e no Rio Grande do Sul. A única diferença, nas duas regiões, era o tipo das culturas e a tecnologia. Enquanto a Bahia mantinha a hegemonia da produção de fumos escuros para o charuto, o Rio Grande do Sul aprimorava a produção de fumos claros, especialmente o Virgínia. Além disso, a Bahia continuava com a secagem ao sol e em galpões, ao passo que o Rio Grande do Sul, desde 1920, se especializava em novos métodos de secagem, em estufa, melhorando a sua qualidade (NARDI, 1985).

Na indústria fumageira começou, também, a ocorrer o fenômeno da concentração, tanto no setor de charutos, quanto no de cigarros. Esse processo resultou no desaparecimento de pequenas empresas, dando lugar a fábricas de maior envergadura. As causas eram quase

sempre as mesmas: dificuldades de adaptação das pequenas empresas às novas exigências do mercado e, evidentemente, a necessidade de maior capital. Idêntico processo também teve andamento no setor de beneficiamento do fumo em folhas.

Nardi ainda afirma que após 1940, o fumo brasileiro passou a se beneficiar de conjunturas favoráveis, com o crescimento do consumo de fumos claros, no mundo inteiro. Ao longo de 40 anos, triplicou a área cultivada e a produção se multiplicou por quatro. A cultura de fumos claros, no Rio Grande do Sul, estendeu-se aos Estados de Santa Catarina e Paraná, a Bahia, por sua vez, sofreu a concorrência do estado de Alagoas.

Segundo a AFUBRA, o Brasil já assumiu a 2ª posição no ranking mundial e também se tornou o maior exportador de fumo a partir de 1993. O maior aumento foi registrado no ano de 2004 com um volume de 921.281 mil toneladas, significando um acréscimo de 40 % sobre a produção de 2003, que foi de 656 mil toneladas, este aumento deve-se basicamente à melhoria do rendimento médio dos cultivos, resultante da adoção sistemática de tecnologias modernas pelos fumicultores, no Sul do país, onde, ao revés do que ocorre na Bahia, a atividade assume a dimensão de pujante agronegócio, fomentado pela integração de grandes firmas, como a Souza Cruz. Ademais, a ausência de intempéries climáticas expressivas, neste período, concorreu também para este sucesso.

Deve-se destacar que a fumicultura brasileira encerra um quadro de dicotomia estrutural, onde a Região Sul desponta como principal e progressista espaço produtivo, representando 96% da produção brasileira com 853.848 t. Em função da forte seca que atingiu o estado do Rio Grande do Sul, a safra nacional de 2004/2005 sofreu uma retração e ficou em 889.426 t. O Rio Grande do Sul foi responsável por 48% da produção nacional, Santa Catarina por 31%, o Paraná por 16%, enquanto o Nordeste corresponde a 4% da produção nacional. A fumicultura no Nordeste concentra-se nos estados de Alagoas, Bahia e Sergipe, sendo especializada no cultivo de fumos escuros, apropriados à manufatura de charutos, cigarrilhas, cigarros escuros e “fumo-de-corda” (MESQUITA; OLIVEIRA, 2005). Nesta região, a produção se dá, de modo geral, em pequenas propriedades agrícolas familiares, de dimensões significativamente

menores que aquelas do Sul do país, havendo uma concentração nos imóveis rurais de até 5 ha. A tabela 2 demonstra o panorama brasileiro de produção desta *commodity*.

Tabela 2 - Produção e rendimento nos principais estados - 2005

| ESTADO | ÁREA | | RENDIMENTO |
|-----------------------|----------------|----------------|--------------|
| | (ha) | PRODUÇÃO (t) | (kg/ha) |
| RIO G. DO SUL | 241.808 | 426.615 | 1.764 |
| SANTA CATARINA | 150.832 | 277.520 | 1.840 |
| PARANÁ | 73.844 | 146.267 | 1.991 |
| ALAGOAS | 17.000 | 18.700 | 1.100 |
| BAHIA | 11.950 | 10.987 | 920 |
| OUTROS | 2.570 | 3.071 | 1.195 |
| TOTAL (BRASIL) | 498.142 | 889.426 | 1.774 |

Fonte: IBGE, 2006a.

Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, o número de famílias que se dedica ao cultivo de fumo cresceu em 111% nos últimos 25 anos, a área plantada em 191% e a produção alcançou um crescimento de 209%, como mostra a tabela 3 logo a seguir.

Tabela 3 - Evolução da produção, área e n°. de famílias

| SAFRA | FAMÍLIAS | | |
|-------|------------|-----------|--------------|
| | PRODUTORAS | ÁREA (ha) | PRODUÇÃO (t) |
| 79/80 | 94.840 | 171.080 | 286.090 |
| 89/90 | 127.400 | 201.940 | 367.980 |
| 90/00 | 134.850 | 257.660 | 579.727 |
| 00/01 | 134.930 | 253.790 | 568.505 |
| 01/02 | 153.130 | 304.510 | 670.309 |
| 02/03 | 170.830 | 353.810 | 656.200 |
| 03/04 | 190.270 | 411.290 | 921.281 |
| 04/05 | 200.000 | 498.142 | 889.426 |

Fonte: AFUBRA, 2007; IBGE, 2006a

Com relação à safra de 2004/2005, também, nota-se o crescimento das famílias e da área plantada, à exceção da produção, cujo resultado foi prejudicado pela forte seca que afetou as plantações do Rio Grande do Sul e em menor escala as lavouras de Santa Catarina. Como é uma atividade típica de agricultura familiar e de pequenas propriedades, a sua exploração já se faz presente em mais de 700 municípios brasileiros. Esses dados podem ser observados na tabela 4.

Tabela 4 - Dados das safras de 2003/2004 e 2004/2005

| ESPECIFICAÇÃO | 2003/04 | 2004/05 | Variação % |
|----------------------------|---------|---------|------------|
| MUNICÍPIOS PRODUTORES | 759 | 787 | 3,7 |
| FAMÍLIAS PRODUTORAS | 190.270 | 200.000 | 5,1 |
| Nº. DE ESTUFAS | 167.090 | 185.810 | 11,2 |
| ÁREA COM FUMO | 460.629 | 498.142 | 8,1 |
| PRODUÇÃO EM TONELADAS | 921.281 | 889.426 | (3,5) |
| PREÇO MÉDIO DO FUMO R\$/kg | 4,24 | 4,33 | 2,1 |

Fonte: AFUBRA, 2007; IBGE, 2006a

Além dos dados já mencionados na tabela anterior, os dados da AFUBRA apontam ainda os seguintes resultados para a safra 04/05:

- 2,4 milhões de empregos;
- 2º Produtor Mundial – 13% (889.426 t);
- 200 mil famílias envolvidas;
- 40 mil empregos na indústria;
- Exportação – 1º Exportador mundial desde 1993;
- 629.630 t exportadas em 2005 com receita de US\$ 1,7 bilhão;
- O setor movimentou, em 2005, R\$ 14 bilhões;
- Área média com fumo por estabelecimento em Cabaceiras do Paraguaçu de 0,99 ha .

O Brasil ocupa o primeiro lugar nas exportações de fumo, portando-se na vanguarda desde 1993 e aumentando significativamente sua participação frente aos demais concorrentes, dentre os quais se destacam os EUA, Zimbabwe, Índia e Malawi. O processo de reforma agrária no Zimbabwe e as incertezas políticas contribuíram para que o fumo brasileiro conquistasse mais espaço no mercado externo. A tabela 5 demonstra essa evolução brasileira e as exportações dos países concorrentes.

Tabela 5 - Principais países exportadores de fumo (em toneladas)

| PAÍSES | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| BRASIL | 341.500 | 415.000 | 440.000 | 465.000 | 593.000 |
| ZIMBABWE | 215.744 | 182.072 | 185.000 | 90.000 | 71.000 |
| E.U.A | 189.379 | 182.517 | 185.000 | 160.000 | 153.320 |
| ÍNDIA | 119.643 | 123.185 | 125.000 | 106.870 | 111.770 |
| MALAWI | 107.600 | 101.250 | 101.250 | 121.021 | 138.000 |
| TOTAL | | | | | |
| MUNDIAL | 2.069.950 | 1.965.828 | 1.951.091 | 2.096.964 | 2.095.730 |

Fonte: USDA, 2006; CONAB, 2007; BRASIL, 2007

Nos últimos 20 anos houve um crescimento das exportações brasileiras, fazendo com que elevasse a receita total, apesar da redução do preço e da apreciação do câmbio, como demonstra a tabela 6.

Tabela 6 – Exportações brasileiras e preço médio

| ANOS | QUANTIDADE | | CÂMBIO | RECEITA |
|------|------------|---------|--------|------------------|
| | (t) | US\$/kg | | TOTAL (US\$) |
| 1996 | 282.364 | 3,82 | 1,008 | 1.078.630.480,00 |
| 1997 | 319.000 | 3,45 | 1,081 | 1.100.550.000,00 |
| 1998 | 300.500 | 3,30 | 1,164 | 991.650.000,00 |
| 1999 | 343.000 | 2,68 | 1,851 | 919.240.000,00 |
| 2000 | 341.500 | 2,52 | 1,835 | 860.580.000,00 |
| 2001 | 415.000 | 2,33 | 2,353 | 965.000.000,00 |
| 2002 | 440.000 | 2,39 | 2,998 | 1.050.000.000,00 |
| 2003 | 465.000 | 2,43 | 3,060 | 1.129.950.000,00 |
| 2004 | 593.000 | 2,53 | 2,916 | 1.423.200.000,00 |
| 2005 | 629.630 | 2,71 | 2,386 | 1.706.520.000,00 |

Fonte: AFUBRA, 2007; CONAB, 2006

3.3 NA BAHIA / RECÔNCAVO

A cultura comercial do fumo no Brasil começa por volta de 1570 nas regiões costeiras da Bahia e de Pernambuco, entretanto, a ocupação holandesa ocasiona conflitos que favorecem o crescimento da cultura na Bahia, que se consolida como primeira região fumageira do Brasil-colônia. Em 1674, Portugal estabelece o Monopólio Real dos Tabacos e transforma a Bahia em região produtora exclusivamente voltada para o mercado externo. O fumo de qualidade era exportado para Portugal e Europa, sendo a Espanha o principal comprador; o fumo de refugo era enviado para a Costa da Mina, na África Ocidental, onde servia de moeda para

compra de escravos para exploração da cana-de-açúcar e para as minas de ouro e outra parte era destinada ao consumo interno. Toda produção fumageira do Brasil era composta quase exclusivamente de fumo-de-corda, a produção de fumo em folha, embora começasse por volta de 1750, representava 1% das exportações e era destinada à Índia Portuguesa (NARDI, 1985).

Segundo Almeida (1983), a economia fumageira do Recôncavo da Bahia compreende: lavoura, exportação de fumo beneficiado em folha e manufatura de charutos. Os charutos são produtos confeccionados à mão por charuteiras-artesãs que aprenderam o ofício com suas mães e avós e o vêm repassando às filhas desde 1842, quando o português Francisco José Cardoso abriu a primeira fábrica no Recôncavo, a Juventude, no município de São Felix para a fabricação de charutos e cigarrilhas, tendo sido, logo em seguida, abertas suas filiais nas cidades de Maragogipe e Muritiba. Em 1892, foi inaugurado um escritório da Suerdieck em São Félix, encarregado, inicialmente, de atuar na exportação de fumo, transferindo-se, a partir de 1905, para Cruz das Almas, onde passou a produzir e a exportar charutos e cigarrilhas.

O suprimento de matéria-prima para o parque industrial, desde meados do século XIX, teve a participação dos pequenos produtores, utilizando, basicamente, a mão-de-obra familiar; a outra parcela da produção era proveniente do arrendamento de pequenas glebas. A remuneração desses arrendatários ocorria por meio da entrega de uma quantidade do produto (meia ou terça) ou em dias trabalhados. A produção de fumo estava atrelada a um rígido esquema de aquisição, por parte dos agentes exportadores, de fumo em folha e pela produção industrial. A margem de acumulação do capital era quase inexistente por parte do produtor, haja vista a sua pouca capacidade de organização para promover mudanças de confrontação com o sistema vigente.

Conforme Almeida (1983), a atividade fumageira do Recôncavo tem origem no período colonial de caráter propriamente mercantil e que alcança o seu auge na segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Uma economia voltada para o mercado externo e que sempre esteve associado à iniciativa do capital mercantil alemão, representado pelas casas comerciais.

Segundo Ramos (1990), as primeiras manufaturas baianas de artigos de fumo empregavam uma elevada proporção de força de trabalho escrava e com a extinção do tráfico de escravos, cresce a participação de trabalhadores livres na elaboração de charutos e outros produtos. A maior parte dos novos trabalhadores era formada por crianças e mulheres que eram exploradas tanto no regime manufatureiro quanto no regime de trabalho em domicílio, este último através de encomendas. As manufaturas de fumo na Bahia estavam localizadas na zona fumageira do Recôncavo nas cidades de Cachoeira, Cruz das Almas, São Felix, Muritiba e Maragogipe.

Ainda de acordo Ramos (1990), o setor agro-exportador fumageiro do Recôncavo sofre uma crise, entre as décadas de 1950 e 1990, em função da contração do mercado do fumo em folha, da decadência da manufatura de charutos e de vários outros fatores combinados como: absorção por parte dos novos empreendimentos da antiga rede de compra/beneficiamento e conseqüente centralização de suas unidades; deslocamento da produção familiar de fumo de pequenos proprietários por atividades mais atraentes ao lavrador semicapitalizado, agravando a dependência desses fumicultores-trabalhadores em relação aos seus compradores-financiadores entre outros fatores. Além do fim do consumo do fumo em corda no país, que, na década de 70, representava em torno de 40% da produção estadual, a concorrência com o fumo produzido em Arapiraca (Alagoas), e, mais recentemente, a isenção de tributos sobre a importação dos charutos cubanos. Sabe-se que, de uma maneira geral, a região fumageira do Nordeste enfrenta como principais dificuldades o desequilíbrio entre a oferta e demanda e ausência de uma política de preços a exemplo da adotada no sul do país.

A mudança de hábito do consumidor que reduziu o mercado de fumo em função da sua substituição pelo cigarro agravou ainda mais os problemas do setor e levaram ao fechamento de várias fábricas como Costa Pena, Leite Alves, Pimentel, Ideal, Suerdieck e outras. O fechamento dessas unidades fabris, com a conseqüente suspensão da produção, gerou impactos negativos na atividade econômica, com reflexos disseminados para outros municípios da Região. No setor da produção e comercialização do fumo, a paralisação gerou também sérias conseqüências nos municípios adjacentes, com fortes reduções no recolhimento de impostos. No ano de 1997 as maiores reduções no recolhimento foram registradas nos municípios de Muritiba 95%, Cruz das Almas 59% e Conceição do Almeida 51% (BAHIA, 1999b).

De fato, atualmente só restam sete fabricantes de charutos no território baiano: Chaba - Charutos da Bahia (Alagoinhas); Dannemann (São Félix); Josefina (Cruz das Almas); Lê Cigar - Manufatura Tabaqueira (Cruz das Almas); Menendez & Amerino (São Gonçalo dos Campos); Paraguaçu (Cachoeira); e Talvis (Cachoeira). Todos de capital nacional, à exceção da secular Dannemann, instalada em São Félix, subsidiária do grupo suíço Burger e que desponta como a maior produtora e exportadora de fumos para charutos do Brasil (MESQUITA; OLIVEIRA, 2005).

O retrocesso da atividade fumageira tem imposto significativas perdas econômicas e uma conseqüente queda na qualidade de vida da população, devido ao desemprego de grande contingente de mão-de-obra utilizada nos processos de produção agrícola e industrial, ainda de característica manufatureira.

Ramos (1990) relata que o sistema agro-exportador manufatureiro de fumo apresenta uma característica em comum a todas as atividades agro-exportadoras organizadas ou financiadas pelo capital mercantil na Bahia. Não gera o capital que nele se acumula em nenhum processo diversificatório de industrialização ou de revolucionamento técnico de sua própria base produtiva, e mesmo quando a acumulação propicia o surgimento de manufaturas e até de indústrias, estas permanecem dependentes do capital mercantil que lhe deu origem, ou seja, o capital não se converte em capital industrial (não se converte em subordinação real do trabalho ao capital), distinguindo-se do sistema agro-exportador organizado no sul do Brasil pelo conglomerado multinacional da indústria cigarreira nas décadas de 50 e 60 do século XX, que adquiriu caráter industrial convertendo-se em indústrias de base agrícola ou agro-indústrias. Tal como é o caso do complexo cafeeiro de São Paulo, constituído predominantemente de capital comercial, mais que engendrou um intenso processo de industrialização seguido de acumulação capitalista. Esta última característica singulariza o caso do café e o distingue dos já citados.

Ainda conforme Ramos (1990), o fumo é a matéria prima industrial que possibilita duas estruturas empresariais: a empresa agro-industrial integrada à base de trabalho assalariado, tanto no setor agrícola quanto no setor de transformação e o empreendimento oligopsônico

que subordina a lavoura impondo aos fumicultores “independentes” pacotes tecnológicos através de programas de financiamento e assistência técnica. Nesta última forma, ocorre a subordinação real da força de trabalho, sem recorrer ao assalariamento, uma vez que o processo de trabalho é ajustado às necessidades da indústria cigarreira ou charuteira. Este é o caso do sistema agro-industrial fumageiro do Rio Grande do Sul.

A subordinação da força de trabalho formal no sistema agro-exportador fumageiro do Recôncavo da Bahia caracteriza-se pela subordinação direta à medida que as empresas compradoras controlam exclusivamente as unidades de processamento ou de beneficiamento da matéria prima. Esta forma de subordinação direta coloca o processo de subordinação formal da força de trabalho ao capital no limiar do seu esgotamento, enquanto modalidade e meio de expansão das relações capitalistas de produção na agricultura. Isto ocorre sob o comando de grandes empresas comerciais que se associaram ao capital financeiro multinacional e operam na atividade fumageira a nível mundial através de processo de centralização.

Ramos (1990) também afirma que no sistema agro-exportador do recôncavo baiano observa-se que não ocorre alteração do perfil das classes sociais, uma vez que não há acumulação de capital que se manifesta como mudanças qualitativas no padrão das relações sociais de produção e distribuição.

De acordo com Oliveira (2006), a atividade fumageira na Bahia é essencialmente familiar e a mão-de-obra é de uso bastante intenso, sendo um dos itens de maior peso no custo de produção. Assim, essa atividade só encontra viabilidade dentro de um quadro de economia familiar. Somente na produção primária, essa atividade ocupa a mão-de-obra de 15 mil lavradores, dos quais quatro mil no sistema integrado com as grandes firmas produtoras e exportadoras de fumo em folha e/ou charutos, três mil independentes e oito mil ocasionais, em função dos preços pagos na safra anterior. Na sua totalidade, o setor fumageiro baiano possui 103.900 pessoas vinculadas direta e indiretamente à atividade.

Levantamento das propriedades de fumicultores no Estado da Bahia, segundo último Censo Agropecuário, mostra que 74 % dos fumicultores possuem área inferior a cinco hectares e 0,03 % com área superior a 500 ha, conforme pode ser observado no gráfico 1.

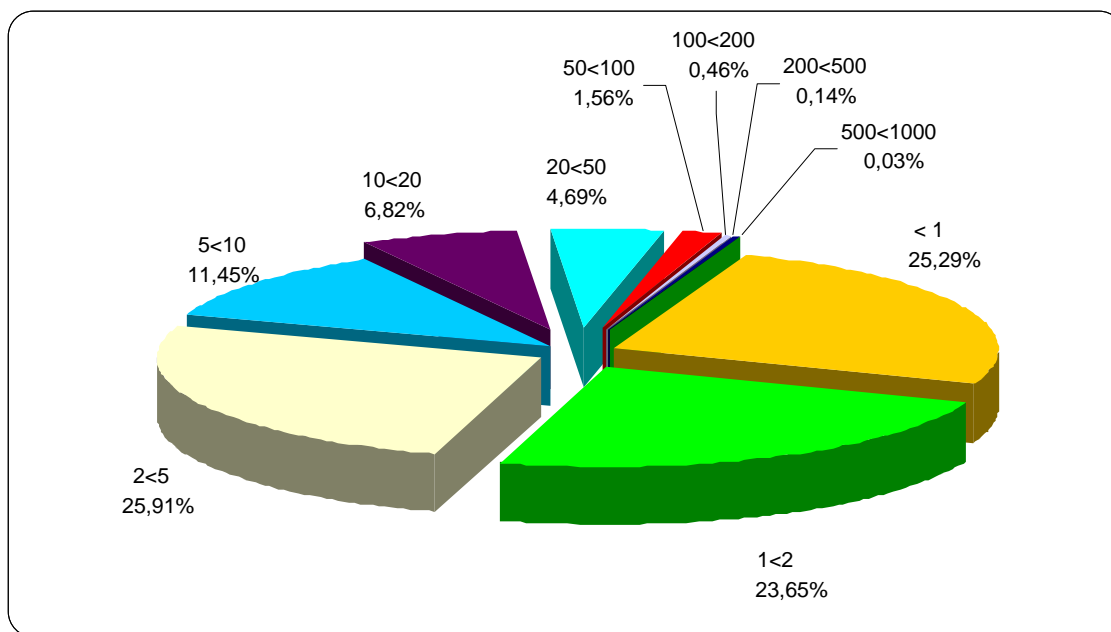


Gráfico 1 - Estratificação da produção baiana de fumo em folha (ha), 1996

Fonte: IBGE, 2006b

Dentro do sistema de produção, o fumo tem participado com aproximadamente 21 % da área cultivada, área média de 1,72 ha. A exploração é feita pelo proprietário diretamente, ainda encontrando-se arrendatários, posseiros e parceiros (meação e terça). Em linhas gerais, a produção baiana de fumo reproduz a configuração geral do modelo nordestino no que concerne à concentração da produção em pequenas propriedades, havendo predominância naqueles estratos produtivos de até cinco hectares. Por sua vez, os estratos detentores de áreas maiores referem-se aos plantios próprios das firmas comercial-exportadoras ou de firmas da indústria de charutos (MESQUITA; OLIVEIRA, 2005).

Segundo Oliveira (2006) a boa rentabilidade que essa atividade secular oferece, mesmo em pequenas áreas, aliada ao manejo racional da terra, é o principal motivo que leva os produtores de fumo a se manterem com a atividade, apesar das diversas crises econômicas brasileiras das últimas décadas. O fumo é o único produto brasileiro que tem preço previamente estabelecido e garantia total de compra da safra. Embora utilize, em média, 0,3

% da área cultivada no Estado, estimada em quatro milhões de hectares, o fumo e seus derivados ocuparam, em 2005, o 9º lugar na pauta das exportações do agronegócio baiano, participando com 1 % do valor das exportações, atingindo US\$ 18.613 milhões, naquele ano, como observado no gráfico 2.

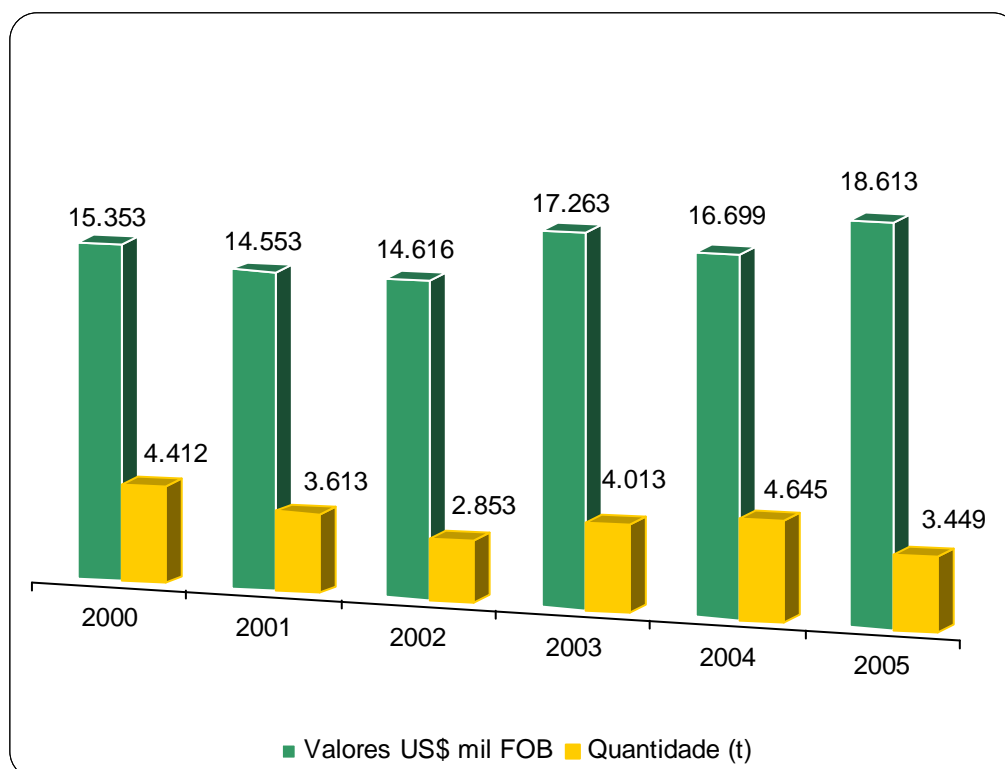


Gráfico 2 - Exportações de fumo e seus sucedâneos

Fonte: BAHIA, 2007; BRASIL, 2007

A maior parte do fumo baiano é exportada em forma de folhas, apesar de existirem mais de sete indústrias tradicionais de charutos e cigarrilhas na mais importante região de produção do Estado, localizada no Recôncavo, e denominada “Mata-Fina”. Outro fato importante é que as exportações baianas englobam produções do Estado de Alagoas, que têm, em Salvador, seu principal porto de exportação.

Oliveira (2006) ainda destaca como vantagem da atividade do fumo a facilidade de adubação da terra e o curto período do ciclo da produção. Além de ser viável em pequenas propriedades, o fumo dá retorno rápido. Em boas condições climáticas, o tempo entre a

plantação e a colheita dura em média cinco meses, e também que a mesma terra fica apta para outros plantios, como para mandioca e feijão.

Em 2005, a safra baiana de fumo atingiu 10.987 toneladas, 12,9 % superior à safra de 2004. A área plantada foi incrementada em 11 %, passando de 10.894 ha, em 2004, para 11.950 ha, em 2005. A produtividade média subiu 3 %, passando de 893 kg/ha para 920 kg/ha (conforme gráfico 3 a seguir).

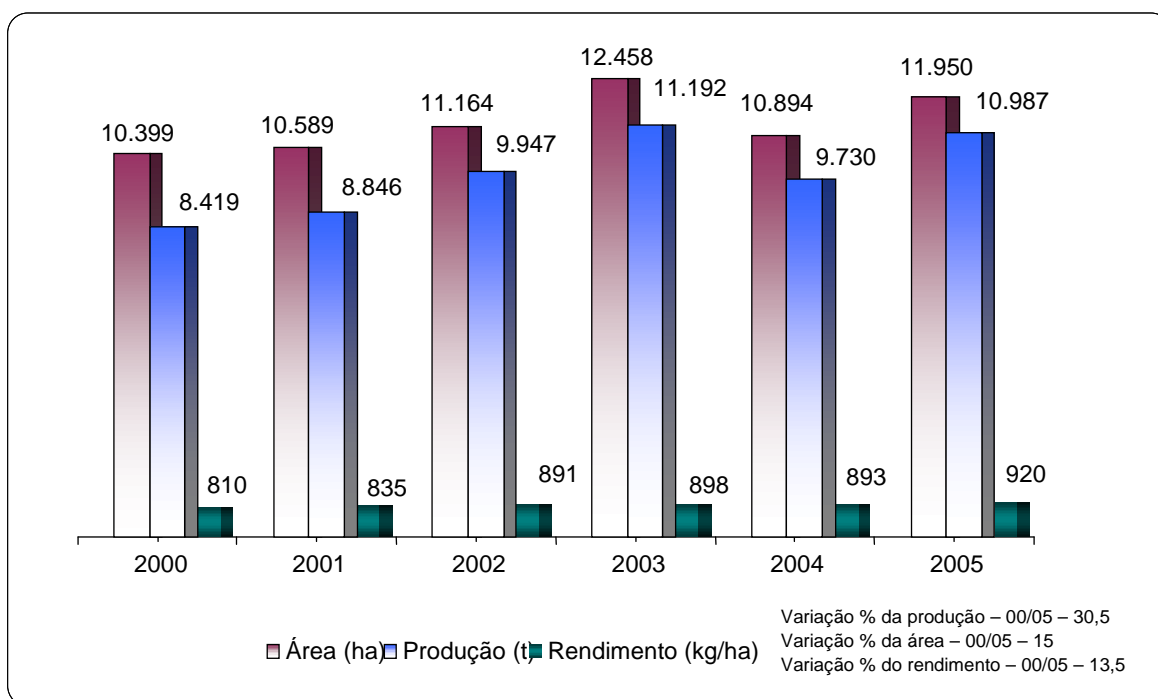


Gráfico 3 - Fumo: área, produção e rendimento. Bahia-2000/2005

Fonte: IBGE, 2006a; BAHIA, 2007

A expansão do fabrico de charutos e cigarrilhas no Recôncavo constitui-se, principalmente, no fato dessa região possuir excelentes condições edafo-climáticas para o cultivo de fumo de grande qualidade, tanto para o miolo como para o capote e capa. Aliando-se a isso, outros fatores determinam também a relevância desse segmento econômico para o Estado da Bahia: além de ser um importante empregador, pelo fato desse tipo de indústria utilizar de maneira intensiva a mão-de-obra, há toda uma cultura voltada para a economia fumageira, que vem sendo perpetuada desde o século passado.

A fumicultura no Estado é basicamente familiar e tem grande representatividade no espaço agrário do Recôncavo baiano, ocupando boa parte da população rural. Atividade típica que,

sendo explorada exclusiva ou principalmente à base do trabalho familiar, proporciona renda à família do seu possuidor. O fumo produzido na Bahia é do tipo escuro e forte, de sabor levemente picante, porém mais suave que o cubano, e diferente do fumo produzido no complexo do Rio Grande do Sul que é claro e suave destinado à confecção de cigarros. Assim como os cubanos, dominicanos (davidoff, por exemplo), hondurenhos (zino) e jamaicanos (macanudo), os charutos baianos são artesanais, também chamados de folha inteira ou tipo "long-filler".

A atual área de produção de fumo na Bahia inclui 36 municípios, que se agrupam em quatro zonas fisiográficas, cujas particularidades de microclimas específicos e variações de solos conferem qualidades intrínsecas de cor, sabor e combustibilidade, determinando a usual classificação comercial do produto praticada neste estado, diferenciando preço e determinando o uso da folha para capa (revestimento externo), capote (revestimento intermediário) ou enchimento dos charutos.

O corpo de um charuto é formado por três partes: a) Torcida, que é a sua parte central, também chamada de miolo ou bucha; b) Capote, a sobrecapa ou cinta que reveste a torcida; c) Capa, que é o arremate final, a folha externa do charuto. Bons charutos se obtêm sabendo combinar fumos na formulação das torcidas e na perícia da escolha das folhas para os capotes e capas e observando-se ainda a qualidade das safras e o descanso dos fumos. Já o processo de elaboração de uma cigarrilha é totalmente diferenciado de um charuto. O processamento do fumo a seco, faz com que o fumo seque durante a fabricação, muitas cigarrilhas não usam folha de tabaco como capa e capote, elas são substituídas pelo "fumo homogeneizado" (mistura de pó de fumo, papel e glomerante). Em seu interior, o fumo é sempre picado, diferente dos charutos que utilizam folhas de tabaco inteiras, as cigarrilhas são feitas com fumo natural ou homogeneizado que tenham o tamanho semelhante ao de um cigarro, tanto no comprimento quanto na bitola, devido ao tipo de fumo utilizado na elaboração, as cigarrilhas são produzidas em máquinas e não têm necessidade de serem umedecidas como os charutos.

O processo de fabricação de fumo-de-corda consiste em pendurar as folhas ou pés inteiros em varais ao sol, secagem que dura de dez a vinte dias, depois da secagem o processo seguinte é a

"destala", que consiste na eliminação da nervura principal da folhas, no galpão, indo a seguir para o preparo da corda, que consiste em agrupar as folhas de três em três, cobertas com a mais apresentável delas, formando as bonecas, que são enroladas unidas, formando a corda. A cura da corda demora de 90 a 120 dias. Já o fumo para cachimbo é composto de misturas de fumos desfiados em bolsa, podendo ser artificialmente aromatizado com baunilha, cumaru (leguminosa muito perfumada, rica em cumarina), chocolate, extratos de frutas e outros compostos olorosos, segundo fórmulas secretas.

O tipo de fumo utilizado na confecção de cigarro é o claro e suave, o cigarro é fabricado com os seguintes ingredientes básicos: papel, filtro, mistura de fumos, açúcares e agentes de sabor, que conferem características sensoriais próprias, os cigarros variam em função do fumo utilizado e do seu desenho (comprimento, circunferência, tipo de filtro, ventilação). Os filtros utilizados nos cigarros são de acetato de celulose, podendo ter adição de outros componentes filtrantes, como o carvão ativado e a resina de troca iônica.

Dentre os municípios do Recôncavo, Cabaceiras do Paraguaçu figura como um dos principais produtores de fumo do Recôncavo Sul (Mata-Fina), conforme ilustra gráfico 4 a seguir.

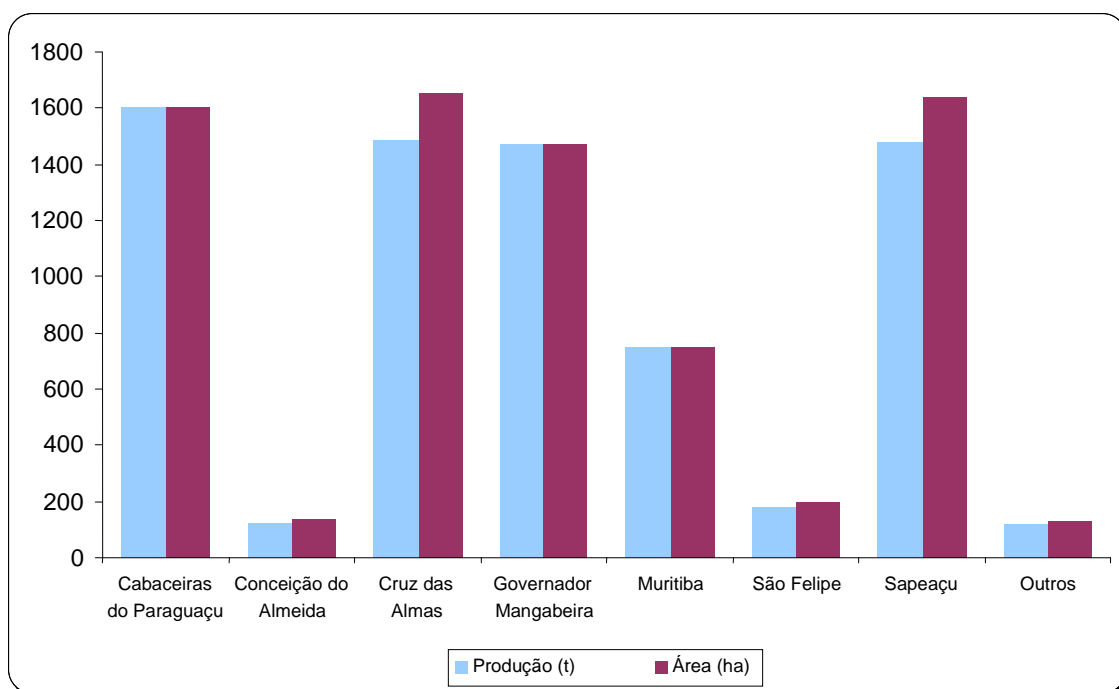


Gráfico 4 – Produção (t) e área plantada (ha) de fumo no Recôncavo Sul - 2005

Fonte: IBGE, 2007a. Elaborado pelo autor

Nos últimos cinco anos houve um incremento da produção de fumo no município de Cabaceiras do Paraguaçu, elevando a sua receita, ao mesmo tempo observa-se que antes do Programa de Revitalização, a receita de fumo representava 6,37% do PIB do município, e passou para 22,76% após o Programa de Revitalização, nota-se também que o período de maior incremento do PIB ocorre na safra de 2001/2002, conforme tabela 7 a seguir. Logo se percebe a importância da cultura do fumo na economia local, bem como na renda das famílias.

Tabela 7 – Produção, receita de fumo, PIB de Cabaceiras do Paraguaçu

| ANO | PRODUÇÃO (t) | VALOR | | % |
|------|--------------|-------------|-----------------|--------|
| | | (MIL) REAIS | PIB (MIL) REAIS | |
| 2000 | 726 | 1.162 | 18.220 | 6,37% |
| 2001 | 926 | 1.482 | 17.700 | 8,37% |
| 2002 | 1.200 | 4.416 | 24.010 | 18,40% |
| 2003 | 1.500 | 5.831 | 27.330 | 21,33% |
| 2004 | 1.720 | 7.317 | 32.148 | 22,76% |

Fonte: IBGE, 2007a. Elaborado pelo autor

Além da produção de fumo, destacam-se o cultivo de: feijão, laranja, milho e mandioca no município de Cabaceiras do Paraguaçu. Apesar da produção de mandioca atingir 18.150 toneladas numa área plantada um pouco menor que a área do fumo, a sua receita representa menos da metade da receita do fumo, confirmando assim a fomicultura como a cultura mais rentável para o pequeno agricultor familiar, como mostra a tabela 8. Com uma área plantada total de 5.176ha e uma receita total de R\$: 12.101 milhões, a produção agrícola representa 38,3% do PIB do município, nota-se dessa forma a relevância do setor agrícola na economia.

Tabela 8 - Culturas de Cabaceiras do Paraguaçu -2005

| CULTURA | ÁREA (ha) | PRODUÇÃO(t) | VALOR |
|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | | | (MIL) REAIS |
| FEIJÃO | 870 | 521 | 487 |
| LARANJA | 650 | 9.750 | 975 |
| MANDIOCA | 1.210 | 18.150 | 1.815 |
| MILHO | 650 | 456 | 140 |
| FUMO | 1.600 | 1.600 | 7.603 |
| OUTROS | 159 | 1.030 | 1.081 |
| TOTAL | 5.176 | 31.507 | 12.101 |

Fonte: IBGE, 2007c. Elaborado pelo autor

3.4 CARACTERÍSTICAS

A conservação do solo pode ser feita através da rotação de culturas, envolvendo desde grãos e pastagens até as que contribuem para cobertura e melhoria do solo. A diversificação aproveita de maneira mais eficiente os recursos internos, o que incorre em menores custos e produção estável, os efeitos positivos da cultura diversificada são perceptíveis também a nível macroeconômico, como o aumento e a expansão da base da atividade econômica, o aumento das alternativas de trabalho na comunidade e a promoção de oportunidades em novas áreas gerando novos negócios.

Vale ressaltar também que o cultivo diversificado aumenta a competitividade do produtor, e pode aumentar também sua renda, além de diminuir os riscos e os custos, já que dentro da propriedade é produzida grande parte do necessário para subsistência, determinando uma queda visível das despesas com alimentação e outros insumos. Entretanto, essas pequenas propriedades muitas vezes enfrentam dificuldades na comercialização de seus produtos, ou até mesmo na eficiência da produção. Principalmente porque não possuem associações ou cooperativas para evitar perdas na comercialização e obter maior lucro.

Segundo Nascimento (2000), o preço do fumo no Recôncavo é fixado pelas empresas, de forma a não sofrer variações significativas entre elas, fica neutralizada a possibilidade do fumicultor encontrar melhores oportunidades de negócios. Portanto, a dominação do capital torna o fumicultor apenas na aparência um produtor mercantil independente, pois a venda livremente de seu produto, está, além de marcada por vínculos de compromissos com a agro-indústria particular que lhe forneceu ao menos os insumos utilizados na lavoura, está também subordinada ao capital agro-industrial geral, que na determinação do preço padrão do fumo, exclui a participação da outra parte mais interessada: os fumicultores.

Ainda conforme Nascimento (2000), a combinação de atividades, parte significativa da estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores, explica-se pelo fato, por exemplo, de ser através da aquisição dos requerimentos necessários ao cultivo do fumo, fornecidos pelas

empresas agro-industriais, que os fumicultores conseguem viabilizar o cultivo de outras espécies vegetais em solos de baixa fertilidade natural, além de se encontrarem depauperados. A viabilização de outras lavouras, as quais são em grande maioria, alimentares (mandioca, feijão, milho e outros), se dá através da rotação de culturas, com o aproveitamento dos resíduos deixados no solo pela lavoura de fumo, que geralmente recebe adubação química. Considerando que esses pequenos produtores não limitam suas explorações agrícolas em função do lucro médio nem da renda capitalista, pode-se perceber a importância que assume para eles os cultivos alimentares na manutenção de suas famílias, e, por conseguinte, o fumo, enquanto viabilizador dos demais cultivos, é dessa forma que podem abrir mão do lucro médio e da renda e ainda continuarem sobrevivendo.

Nascimento (2000) também afirma que existe um critério usado na negociação do fumo chamado de sistema de classificação do fumo. Esse vem sendo adotado recentemente pelas agroindústrias, significando que o agricultor deve entregar-lhe o fumo já previamente classificado. Como ele não participa de nenhuma maneira no estabelecimento do sistema de classificação e preços correspondentes, esta operação representa, nos moldes atuais em que se realiza, mais um mecanismo de ampliação da margem de manipulação dos preços pelas empresas, que se estende desde o momento dos fornecimentos (venda) efetuados ao lavrador, até a aquisição (compra) de sua produção, agora rematada com a classificação, a qual pode ser mais ou menos favorável ao fumicultor, a depender da relação entre a oferta e a demanda do produto. Disso resultam as insatisfações dos agricultores com o sistema de classificação.

Porém, segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fumo da Bahia, Josenita Souza Salomão, a comercialização do fumo é realizada entre o agricultor e as empresas exportadoras e o preço do fumo é estabelecido pelo mercado na relação oferta x procura.

O processo de produção do fumo obedece a um calendário de abril a outubro estabelecido pelo período de chuva e envolve etapas que vão desde a produção de mudas, preparação do solo, manutenção das lavouras, colheita das folhas de fumo, curagem e secagem, seleção de fumo, enfardamento e entrega às fumageiras. Em abril prepara-se a sementeira e se planta até

maio, a colheita compreende os meses de setembro e outubro. Para conseguir contemplar esse calendário, os produtores afirmaram ser necessário trabalhar oito horas por dia. Porém, este tempo se altera para até catorze horas diárias na época de colheita do fumo.

As decisões relacionadas à quantidade produzida e aos insumos a serem utilizados na produção, bem como a garantia de assistência técnica desde o plantio até a colheita são determinados na assinatura do contrato com as empresas fumageiras. O produtor acomoda o fumo em fardos e faz a sua primeira classificação. Posteriormente, o fumo é novamente reclassificado pela empresa com a qual o produtor está integrado. É pela classificação da empresa que será determinado o preço que o agricultor irá receber pelo seu produto.

4 RESULTADOS DA PESQUISA DIRETA

Os dados primários foram coletados através de questionários aplicados no município de Cabaceiras do Paraguaçu, na Bahia. No questionário constavam 37 perguntas onde se procurou identificar o impacto do Programa na renda das famílias, além de características dos produtores.

A idade média do fumicultor que participou do Programa de Revitalização é de 45,7 anos, mas segundo informações obtidas junto a entidades sindicais esse número vem caindo em função da quantidade de agricultores que vêm se aposentando. Na condição de posse da terra verifica-se que 64,2% dos agricultores são proprietários da terra, 25,7% são parcerias e 10,1% cedem a terra para amigos e/ou parentes sem cobrar, justificando que a terra estava sem uso. Quanto ao uso de equipamentos de proteção individual (EPI), todos fumicultores afirmaram usá-los, pois relatam que vários produtores ficaram cegos ou com algum tipo de doença de pele causado pelo manuseio errado de insumos. Os equipamentos de proteção individual usados são: luva, viseira, boné, macacão e bota, eles são fornecidos pela Menendez e têm seus valores descontados na entrega da produção.

Os lavradores possuem em média cinco filhos e as crianças trabalham durante um só período do dia. A mão-de-obra utilizada é basicamente familiar e todos integrantes da família trabalham na produção de fumo, inclusive idosos e crianças, principalmente na época da colheita, sendo contratado trabalhadores temporários nas famílias com menos de três pessoas, apenas no corte do fumo, a cada dez dias com diária de R\$: 15,00 (quinze reais), toda produção é destinada à Menendez para enchimento dos charutos. O cultivo da área de produção está estratificada conforme gráfico 5 a seguir.

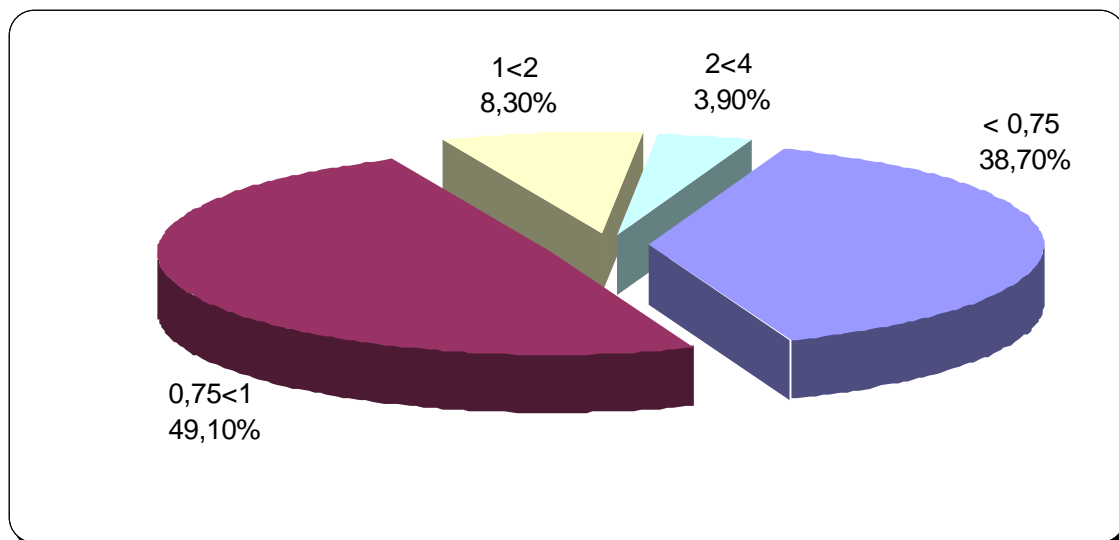


Gráfico 5 - Área plantada de fumo (ha) segundo estratificação em Cabaceiras do Paraguaçu

Fonte: Questionário de pesquisa. Elaborado pelo autor, 2007

Outro aspecto que vale destacar é a busca de rendas complementares como constatado que 11,7% dos produtores possuem estabelecimento comercial que vende desde bebida alcoólica a papel higiênico, e a viabilização de outras lavouras, as quais são em grande maioria, alimentares (mandioca, feijão, milho e outros), se dá através da rotação de culturas, com o aproveitamento dos resíduos deixados no solo pela lavoura de fumo, que geralmente recebe adubação química.

O percentual de produtores que recebem pensão e/ou aposentadoria é de 27,5%. Quanto ao acesso à informação, menos de 1% afirmou não possuir TV ou rádio em suas residências e 15,3% possuem antena parabólica. Apesar de 81,2% os produtores afirmarem que são associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rural e pagam uma taxa de R\$: 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) por mês, eles não possuem associação e cooperativas da própria categoria, como forma de organização e obtenção de melhores preços na negociação da produção.

Para garantir o recebimento de matéria-prima de boa qualidade, objetivando atender à necessidade da produção, as agro-indústrias utilizam-se de parcerias com os agricultores, através de financiamentos de produção compram insumos, defensivos e lonas plásticas

bicolor, estas últimas são usadas na cobertura das casas de secagem de fumo, e repassam aos lavradores. O financiamento era constituído parte em insumos e parte em espécie para que o agricultor realizasse serviços diversos na propriedade.

O plantio do fumo na região é feito em abril e maio, com a primeira colheita acontecendo entre setembro e outubro. Em março usam-se adubos para correção do solo, em meados de abril aplicam-se defensivos no controle das pragas, em maio e junho é feito adiantamento em espécie aos lavradores, para outras necessidades, por conta do recebimento futuro da produção. Cada planta permite até 12 cortes, primeiro corta-se o botão da flor, para não deixá-la nascer, pois se a planta gastar esforço na sustentação das flores, as folhas perderão as propriedades como sabor e suco. Depois de 10 dias faz-se a primeira colheita cortando-se a planta pelo caule e deixando um broto para permitir que as folhas cresçam novamente, esse processo se repete entre 8 a 12 vezes, se estendendo até outubro, garantindo ocupação da mão-de-obra (plantio, replantio, adubação de cobertura, leirar e capinar, capação, desfolha, aplicação de defensivos, colheita/ planta mãe, colheita, 1ª soca, amarrio, embandeiramento) familiar durante todo o período de colheita.

Segundo os produtores, cada hectare produz uma média de noventa arrobas num bom ano de chuva, e oitenta arrobas num ano de estiagem, sendo a arroba vendida por um preço entre R\$: 50,00 a R\$: 70, de acordo com a classificação feita pela Menendez, e a receita bruta em 1 ha, é em média R\$: 5000,00 e a líquida R\$: 2500,00 (equivalente a 6,5 salários mínimos por ano). Todos os produtores entrevistados afirmaram já ter sofrido perdas na produção devido a falta de chuva.

O agricultor é levado a produzir fumo por dois motivos: i) devido à facilidade de obtenção de crédito, 92,7% dos produtores disseram estar satisfeito com a política de financiamento da empresa fumageira; ii) falta de opção: do total de fumicultores entrevistados, aproximadamente, 70% afirmaram já ter pensado em abandonar a atividade, mas segundo eles, não existe outra alternativa que ofereça o mesmo rendimento proporcionado pelo fumo em pequenas propriedades.

De acordo com os produtores entrevistados, é comum a empresa realizar uma classificação abaixo daquela realizada pelo produtor. Do total de entrevistados, 65,8% afirmaram se sentir prejudicados na classificação do produto. Segundo os produtores, os principais motivos alegados pelas empresas para a baixa classificação são de que, i) a folha está seca demais (o que confere um grau mais baixo, já que o aspecto ou cor da folha não é a adequada), ou ii) que a folha está úmida demais.

Todos os produtores também afirmaram que gostariam de produzir para uma fumageira que pagasse mais por sua produção, e citaram como exemplo a Dannemann que paga o preço mínimo de R\$: 80,00(oitenta reais) pela arroba de fumo. Na pesquisa todos os produtores afirmaram ter aumentado a área plantada em cerca de 30% durante o Programa de Revitalização, em função da maior oferta de crédito. A tecnologia na fumicultura pode ser analisada pelo emprego de determinados equipamentos, pelo uso de insumos, pelo rendimento das culturas e pela presença do serviço de assistência técnica aos agricultores no plantio e beneficiamento³.

A utilização da força mecânica em toda etapa do processo produtivo refere-se, basicamente, ao uso de trator no preparo da terra, tendo em vista a grande oferta de mão-de-obra, as características e os tipos de explorações predominantes. O preparo da terra consiste na limpeza de área, exarificação, aração, 1ª gradagem, 2ª gradagem, rotavação e transportes eventuais. Numa área de um ha o preparo da terra dura cerca de 4 horas, como nenhum deles possui trator devido ao seu custo alto, cada fumicultor aluga e paga uma quantia de R\$: 30,00(trinta reais) a hora. Os insumos utilizados são adubos químicos (NPK), torta de mamona e esterco de boi, sendo este último comprado diretamente pelo produtor; os defensivos são brometo e confidor; o rendimento médio da cultura é de 90%.

Como o Programa de Revitalização do fumo previa, a assistência técnica ocorreu de fato, e fora realizado por técnicos agrícolas da empresa Menendez, que repassavam técnicas de produção e orientação quanto ao estilo de fumo a ser produzido além de fazerem os pedidos

³Trabalhador do beneficiamento: Recebe folhas de fumo, inspecionando, identificando procedência, separando e pesando os lotes. Beneficiam folhas de fumo, processando misturas, controlando nível de umidade, testando a qualidade, espalhando, bitolando e manocando as folhas.

de insumos dos agricultores. Estes técnicos também orientavam quanto ao correto uso e manejo dos insumos e defensivos agrícolas, as visitas dos técnicos eram individuais e ocorriam duas vezes por mês, através de exposição teórica e demonstrações práticas.

Questionados sobre o resultado prático da assistência técnica, todos os produtores consideraram os ensinamentos válidos. Embora já utilizassem adubos químicos e orgânicos, com o Programa, todos os produtores afirmaram que houve um incremento da renda e da área de plantio em torno de 30%. Além disso, o aumento da produção possibilitou a redução de custos, principalmente na compra de insumos. Do total de produtores, 81,3% declararam ter comprado algum tipo de eletrodoméstico tais como: geladeira, TV, rádio e outros; 44,3% compraram carro ou moto.

5 CONCLUSÃO

Antagonicamente à região Sul, o Nordeste assume uma posição marginal ao cultivar fumo em escala reduzida e, geralmente com baixo padrão tecnológico e produção vinculada e dependente à exploração mercantil de um restrito grupo de firmas exportadoras de fumo em folha e/ou fabricantes de charutos e cigarrilhas, em quase sua totalidade subsidiários de transnacionais. Paulatinamente, a lavoura perde em rendimento e em qualidade, aumentando o fosso tecnológico entre a produção baiana e a sulista. Além da desorganização do pequeno produtor familiar, a queda do consumo de fumo-de-corda, e o crescimento do consumo de cigarro entre outros, fez com que a produção de fumo baiano perdesse cada vez mais espaço na economia do Estado.

Apesar da recuperação da fumicultura no município de Cabaceiras do Paraguaçu através do Programa de Revitalização do fumo, demonstrado na pesquisa de campo e também pelo crescimento da receita do fumo na composição do PIB municipal, que passou de 6,37% para 22,76% após o Programa, a fumicultura baiana ostenta um fraco rendimento médio de 920 kg/ha, duas vezes inferior ao sulista, espelhando a baixa competitividade no contexto da economia fumageira nacional.

Não se pode dizer que o Governo da Bahia/SEAGRI tenha estruturado um programa de revitalização da lavoura, suas ações se reservaram à firmação de um protocolo de intenções com o BNB para garantir o financiamento à lavoura. Ao contrário de outros “protocolos” (como por exemplo, o da mamona), não houve a participação da indústria oligopolística (quase um monopólio), apenas a Menendez & Amerino, única agroindústria nacional, aderiu ao Programa. As fumageiras preferem manter a lavoura desorganizada e subalterna, embora tenha havido alguma integração, casos das fumageiras Dannemann e Menedez & Amerino.

Ademais, a política de financiamento foi prejudicada pela campanha mundial de redução do consumo de tabaco, logo o PRONAF deixou de ser estendido à atividade. Essa medida,

embora "politicamente correta", piorou ainda mais a situação dos fumicultores, em sua quase totalidade tipificados como "familiares" e, praticamente, de subsistência.

Uma das alternativas seria investir em termos de engenharia da produção, notadamente acerca do beneficiamento primário do produto (com o uso de estufas acessíveis ao pequeno produtor); estender técnica alternativa ao uso de Brometo de Metila (gás extremamente tóxico e de gravíssimos efeitos sobre a natureza) no tratamento de sementeiras. Apoiar à organização dos produtores, aí reside a única possibilidade de permitir ganhos à pequena produção primária, através de cooperativa se verticalizar a produção, instalando pequenas unidades industriais de produção, beneficiamento e comercialização do fumo, agregando valor e elevando dessa forma a renda dos agricultores.

O crescimento econômico sempre tenderá a reduzir o número de ocupados no setor agropecuário, a questão que se coloca, portanto, é a de saber qual será a opção estratégica da sociedade brasileira em relação a seu espaço rural. Se optar preferencialmente pelo modelo defendido pelo patronato agrícola, de grandes fazendas, o número de ocupados certamente cairá, se optar preferencialmente pela agricultura familiar, haverá margem para que essa relação se mantenha, ou até aumente. Em ambos os casos haverá queda proporcional da ocupação agrícola, mas a pressão sobre o mercado de trabalho urbano será muito diferente conforme a opção.

Ou seja, se as perspectivas de geração de emprego urbano forem bem favoráveis, uma opção preferencial pela agricultura patronal continuará perfeitamente viável, mesmo que desastrosa em termos de distribuição de riqueza e de renda (e de seus impactos sobre o crescimento). Mas se essas perspectivas não forem tão propícias, manter a preferência pela agricultura patronal será uma atitude não só desastrosa, como cada vez menos viável. O problema é que essas perspectivas não são nada favoráveis, justamente para o segmento dos trabalhadores não-qualificados. A única maneira de evitar o aumento do desemprego urbano, mantendo o atual padrão agrícola, seria a escolha reacionária de pisar no freio do progresso tecnológico, escolha esta, que não interessa ao Brasil, tão pouco ao capitalismo.

Além disso, a agricultura familiar está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura. Estas idéias devem ser contextualizadas no debate sobre os caminhos para a construção do desenvolvimento sustentável.

A economia fumageira enfrenta o mesmo dilema das demais culturas em relação à escolha do modelo a ser adotado no Brasil (patronal ou familiar) e com o mercado mundial de fumo relativamente estável e face às inovações tecnológicas (especialmente nas etapas de colheita, plantio e pós-colheita, reduzindo a utilização de mão-de-obra) a tendência é de concentração da produção com ampliação da agricultura patronal e diminuição ou extinção da agricultura familiar.

Entre os benefícios gerados pelo Programa para o fumicultor destacam-se:

- Facilidade e maior oferta de crédito. Dada a sua condição de pequeno produtor rural, dificilmente conseguiriam obter tais financiamentos, pois a empresa realizava todos os trâmites burocráticos para as operações de crédito rural junto ao BNB;
- Garantia de compra integral da safra contratada pelas empresas fumageiras, independentemente da qualidade;
- Ampliação da área plantada e maior receita com venda da produção.

Já para a empresa o maior benefício foi garantir um produto de melhor qualidade com menor custo, uma vez que a assistência técnica acompanhava todo ciclo de produção de fumo, desde a produção das mudas, passando pelo plantio e tratamentos culturais, até a colheita.

REFERÊNCIAS

- ADAMES, César. **Fumaça furtiva**. Disponível em: <<http://www.taste.com.br/news/templates/noticia.asp?idNoticia=1732>>. Acesso em: 14 ago.2006.
- AFUBRA. **Dados estatísticos**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2007.
- ALMEIDA, Paulo Henrique. **A manufatura do fumo na Bahia**. Dissertação (Mestrado em Economia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas ; UNICAMP, Campinas, São Paulo,1983.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO 2006. Santa Cruz do Sul/RS: Gazeta, 2006. 144 p.
- BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. Centro Internacional de Negócios da Bahia-PROMO. **Estatísticas e análises do comércio exterior da Bahia 2001 a 2006**. Disponível em: < <http://www.promobahia.com.br/doc/resultados/index.asp>>. Acesso em: 07 fev. 2007
- BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **O desempenho da agricultura baiana 1999 - 2002**, Salvador, 2002.
- BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **Programa de revitalização da cultura do fumo do estado da Bahia**. Salvador 1999a. 65p.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Perfil regional do Recôncavo Sul**. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável-PDRS, Salvador, 1999b. (Série Cadernos CAR, n. 25).
- BARBOSA, Mota. **Charutos cubanos na Bahia**. Disponível em: < <http://www.terra.com.br/dinheironaweb/159/negocios/159charuto.htm%3e.%20>>. Acesso em: 07 set. 2006.
- BARRETO, Giani Augusto Bicca et al. **Fumicultura no Rio Grande do Sul: uma abordagem sob a ótica da nova economia das instituições**. Disponível em: < <http://www.ufsm.br/mila/clailton/publicacoes/cientificos.htm%3e>>. Acesso em: 08 fev. 2007.

BATISTA, José Murilo P.O. **A oferta de fumo no estado da Bahia**: discussão dos modelos de defasagens distribuídas. Salvador: UFBA/FCE/CME, 1977.

BECKER, James F. **Economia política marxista**. Tradução: Cabral, Álvaro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, 327 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Secretaria de Comércio Exterior-Secex. **Exportações brasileiras 1996 a 2007**. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/consulta_nova/consulta.asp?tip_consulta=ExpNCM&titulo_p=Exportação%20Brasileira&titulo_s=1996%20a%202007>. Acesso em: 7 fev. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **PRONAF**. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas.htm>. Acesso em: 08 jan. 2007.

CHARUTOS baianos ganham o mundo. **A Tarde**, Salvador, 29 jun. 2003.

CONAB. **Balança do agronegócio**: exportações brasileiras. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/download/indicadores/nome_arquivo.pdf. Acesso em: 05 out. 2006.

FÁBRICA MENENDEZ & AMERINO. **Bahia recanto de todos os cantos**. Salvador, 2002. Não paginado.

FÁBRICA SUERDIECK. **Tribuna Popular**, Cruz das Almas, 29 jul. 1997.

IBGE. **Banco de dados agregados**: censo agropecuário, 1996. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=v&p=CA&z=t&o=10>>. Acesso em: 08 set. 2006b.

IBGE. **Banco de dados agregados**: pesquisas. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PA&z=t&o=10>>. Acesso em: 08 set. 2006a.

IBGE. **Banco de dados agregados**: produção agrícola municipal 1990 a 2005. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PA&z=t&o=10>>. Acesso em: 12 mar. 2007a.

IBGE. **Estimativas de população 2006**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Populacao/Estimativas_2006/UF_Municipio.zip>. Acesso em: 12 mar. 2007b.

IBGE. **Informações estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 12 mar. 2007c.

LOPES, J. A. Dias. **Fumaça de primeira**. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/gula/charutos/index.shtml>> Acesso em: 30 jan.2005.

MARCONDES, Tabajara. **Fumo: melhoras a curto prazo- preocupação a médio prazo**. Disponível em: <http://www.icepa.rct-sc.br/Infconj/ultimos/Fumo_ultimo.htm>. Acesso em: 10 mar. 2007.

MENDES, Luiz Gonzaga; MENEZES, José Alexandre Souza; NUNES, Augusto César Pinto Paes. Competitividade na indústria de charutos da Bahia: o caso da Menendez Amerino & cia. Ltda, **Magistra**, Cruz das Almas, v.16, n.2, p.66-76, jul./dez. 2004.

MENDONÇA, Jackson Ornelas. A agricultura e a agroindústria no Recôncavo. **Bahia Agrícola**, Salvador, v.2, n.2, mar.1998.

MESQUITA, Augusto Sávio; OLIVEIRA, José Mário Carvalhal. **A cultura do fumo na Bahia, da excelência à decadência**. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/fumo_final.doc>. Acesso em: 02 jul. 2005.

NARDI, Jean Baptiste. **A história do fumo brasileiro**. Rio de Janeiro: ABIFUMO, 1985. 40p.

NASCIMENTO, Gerino Francisco do. Potencial organizativo dos trabalhadores do complexo agroindustrial fumageiro do Recôncavo baiano. **Magistra**, Cruz das Almas, v.12, n.1/2, jan./dez. 2000.

OLIVEIRA, José Mário Carvalhal. A cultura do fumo no Recôncavo: refletindo sobre a convenção-quadro. **Bahia Agrícola**, Salvador, v.7, n.2, abr.2006.

ONU. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). **Projections of tobacco production, consumption and trade to the year 2010**. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/006/y4956e/y4956e00.htm>>. Acesso em: 15 fev.2007.

PATROCÍNIO, Adriana. Atividade fumageira mantém importância na Bahia. **Correio da Bahia**, Salvador, 04 dez. 2004.

PATROCÍNIO, Adriana. Estado abriga todas as fábricas de charutos do país. **Correio da Bahia**, Salvador, 19 nov. 2004.

PRIEB, Rita Inês Pauli; RAMOS, P.; SOUZA, Marcelino. **Análise da situação atual e das perspectivas da agricultura familiar articulada ao complexo do fumo**. Brasília: SOBER, 2004. p.1-16.

RAMOS, José Alberto Bandeira. **A crise da indústria fumageira do Recôncavo da Bahia nos últimos quarenta anos**: padrões de acumulação e diferenciação social no sistema agro-exportador manufatureiro do fumo do Recôncavo da Bahia. Salvador: UFBA/FCE, 1990.

SANTANA, Alino Matta. **O livro do centenário 1897 -1997**: marcos do progresso de Cruz das Almas.1997.

SANTOS, Cristina. Bahia defende produção de fumo. **A Tarde**, Salvador, 12 out. 2005.

SILVA, José Carlos Almeida da. **Avaliação da política comercial das exportações brasileiras**: o caso do cacau e do fumo na Bahia. Salvador: UFBA/FCE, 1980.

SUERDIECK corre risco de penhora. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 18 ago. 1998.

USDA. Foreign Agricultural Service. **Tobacco analysis**: production, supply and distribution on line. Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov/psdonline/psdQuery.aspx>>. Acesso em: 15 dez. 2006.

VIEIRA, José Carlos. **Suavidade dos charutos brasileiros conquista apreciadores**. Disponível em: <http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20020421/vid_mat_210402_80.htm>. Acesso em: 28 dez. 2005.